



A OFENSIVA DO CAPITAL NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: O PAPEL DO INSTITUTO AYRTON SENNA

Aline Carla Batista de Laia¹

Resumo: Este trabalho apresenta pesquisa sobre as determinações históricas da emergência e difusão de organizações empresariais na sociedade civil com grande influência sobre as políticas educacionais nas últimas três décadas. O objetivo deste artigo foi analisar o papel do Instituto Ayrton Senna (IAS) nos arranjos da reforma da Educação Básica no interior do Estado Ampliado no Brasil, tanto em sua atuação na Sociedade Civil, por meio da articulação com outros agentes, incluindo o Movimento Todos Pela Educação, como em sua penetração na Sociedade Política, por meio da inserção de seus interesses no interior de agências do Estado estrito, como secretarias municipais e o Conselho Nacional de Educação. Esta é uma pesquisa básica, de análise qualitativa, de caráter explicativo, que se insere na categoria de pesquisa de tipo documental. A pesquisa utilizou o conceito Estado Ampliado como ferramenta teórico-metodológica. Neste sentido, a sociedade civil, esfera superestrutural por meio do qual as classes sociais se organizam para disputar a hegemonia, foi o pano de fundo para compreender a atuação do IAS e suas relações com seus parceiros. Enquanto, a sociedade política e, conseqüentemente, as políticas que emergem das agências estatais foram compreendidas como a expressão da correlação de forças entre as classes sociais e suas organizações. Desde sua fundação o IAS reúne um amplo conjunto de associados que passaram a ter, a partir desta organização, um importante aparelho privado de hegemonia. Em seus vinte e três anos de existência, o IAS tornou-se responsável por difundir na Educação Básica novos modelos pedagógicos com o objetivo de adequar a formação para o trabalho simples às novas demandas surgidas com a partir da recomposição burguesa. Neste movimento destacam-se dois intelectuais orgânicos vinculados ao IAS que produziram no decorrer dos anos uma enorme capilaridade da organização: Cláudia Costin, consultora do banco Mundial e ex-secretária de educação do município do Rio de Janeiro, e Mozart Neves, conselheiro do Conselho Nacional de Educação. O artigo conclui que o IAS se firmou como importante aparelho privado de hegemonia, em sintonia com o contexto de difusão de organizações empresariais no Brasil, organizando uma pedagogia política e uma hegemonia do capital sobre os rumos da política educacional no país.

Palavras Chaves: Instituto Ayrton Senna, Aparelho Privado de Hegemonia, Estado Ampliado.

¹ Discente no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da UFRRJ. E-mail: alinelaia02@gmail.com

I - Introdução

Este trabalho apresenta pesquisa sobre as determinações históricas da emergência e difusão de organizações empresariais na sociedade civil com grande influência sobre as políticas educacionais nas últimas três décadas. O objetivo deste artigo foi analisar o papel do Instituto Ayrton Senna (IAS) nos arranjos da reforma da Educação Básica no interior do Estado Ampliado no Brasil, tanto em sua atuação na Sociedade Civil, por meio da articulação com outros agentes, incluindo o Movimento Todos Pela Educação, como em sua penetração na Sociedade Política, por meio da inserção de seus interesses no interior de agências do Estado estrito, como secretárias municipais e o Conselho Nacional de Educação. Esta é uma pesquisa básica, de análise qualitativa, de caráter explicativo, que se insere na categoria de pesquisa de tipo documental.

A pesquisa utilizou o conceito Estado Ampliado como ferramenta teórico-metodológica. Neste sentido, a sociedade civil, esfera superestrutural por meio do qual as classes sociais se organizam para disputar a hegemonia, foi o pano de fundo para compreender a atuação do IAS e suas relações com seus parceiros. Enquanto, a sociedade política e, conseqüentemente, as políticas que emergem das agências estatais foram compreendidas como a expressão da correlação de forças entre as classes sociais e suas organizações. Desde sua fundação o IAS reúne um amplo conjunto de associados que passaram a constituir, a partir desta organização, um importante aparelho privado de hegemonia.

Em seus vinte e três anos de existência, o IAS tornou-se responsável por difundir na Educação Básica novos modelos pedagógicos com o objetivo de adequar a formação para o trabalho simples às novas demandas surgidas com a partir da recomposição burguesa. Neste movimento destacam-se dois intelectuais orgânicos vinculados ao IAS que produziram no decorrer dos anos uma enorme capilaridade da organização: Cláudia Costin, consultora do Banco Mundial e ex-secretária de educação do município do Rio de Janeiro, e Mozart Ramos Neves, conselheiro do Conselho Nacional de Educação.

O artigo conclui que o IAS se firmou como importante aparelho privado de hegemonia, em sintonia com o contexto de difusão de organizações empresariais no Brasil, organizando uma pedagogia política e uma hegemonia do capital sobre os rumos da política educacional no país.

II - O contexto histórico da nova hegemonia do Capital

Para compreender o que o IAS está propondo como ofensiva à educação brasileira, através dos seus programas e articulações nas políticas educacionais dirigidas às escolas públicas, primeiramente devemos compreender o contexto histórico da difusão dessas organizações, que aparentemente, alcançaram a aceitação da própria classe social e suas diversas frações.

A difusão de organizações como o IAS no Brasil resultou de um processo histórico de reelaboração das estratégias burguesas para a conquista da hegemonia política. Este processo se desenvolveu, por um lado, em período em que internacionalmente a burguesia liderava as tentativas de realizar a organização de um novo bloco histórico após a crise estrutural do capital desencadeada a partir da década de 1970. (MÉSZÁROS, 2011) aponta como um dos sintomas da crise a queda da taxa de lucro e a reestruturação produtiva em 1973, ele nomeia como principal característica da crise, a decadência dos sistemas Fordista e Keynesianista,

(...) algo de significativamente novo está ocorrendo no sistema em seu conjunto. Sua natureza não pode ser explicada (...) apenas em termos de uma crise cíclica tradicional (...). Tampouco parece plausível atribuir os sintomas identificáveis da crise à assim chamada 'onda longa'. (...) À medida que os sintomas de crise se multiplicam e sua severidade é agravada, parece mais plausível [admitir] que o conjunto do sistema esteja se aproximando de certos limites estruturais do capital (...) ainda que seja excessivamente otimista sugerir que o modo de produção capitalista já atingiu seu ponto de não retorno a caminho do colapso. (MÉSZÁROS, 2011: 41).

Tal crise aumentou no início do século XXI, onde a precarização do trabalho é evolui gradativamente, mesmo que se tenha insatisfatória regulamentação do trabalho, favorecida por uma árdua luta por direitos sociais, eis que se permuta pelas diversas formas de “empreendedorismo”, “trabalho voluntário” e outros que vem intensificando a precariedade estrutural da força de trabalho, com um vertiginoso aumento das taxas de desemprego, entre todas as classes trabalhadoras, mesmo que muitas vezes essas taxas são camufladas com a geração de empregos temporários tanto no setor de prestação de serviços quanto em setores da construção civil que demandam pouca qualificação de mão-de-obra. Não se trata apenas de um episódio isolado de crise do capital, mas sim de vários fatores que desde a década de 70 compõem a crise estrutural do capital, que se estende até os dias de hoje. É um fenômeno global que não afeta somente a produção econômica, todavia a vida da humanidade em todas suas esferas: ambiental, social, cultural e ideológica.

Segundo (CASTELO, 2013), essa crise orgânica deflagrou a falência do bloco histórico fordista/keynesiano, desencadeando um movimento liderado pela classe dominante no intuito de reorganizar os padrões de acumulação perdido desde a “era de ouro do capitalismo”² e também no espectro político onde a hegemonia classe dirigente perde força. Nesse sentido cabe ressaltar que esse processo ficou restrito aos países desenvolvidos. Nessa conjuntura a burguesia brasileira que exercia o poder de classe dominante conduz o processo histórico num movimento vertical de transição pelo alto (sem a liderança de um projeto nacional-popular) que culminou na ditadura empresarial-militar. Gramsci caracteriza esse processo de crise da seguinte forma:

O processo [da crise] é diferente em cada país, embora o conteúdo seja o mesmo. E o conteúdo é a crise de hegemonia da classe dirigente, que ocorre ou porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas (sobretudo de camponeses e pequeno-burgueses intelectuais) passaram subitamente da passividade política a uma certa atividade e apresentaram reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução. Fala-se de “crise de autoridade”; e isso é precisamente a crise de hegemonia, ou crise do Estado em seu conjunto. (GRAMSCI, 2002:60)

A recomposição burguesa, ainda em curso, objetiva fundamentalmente a formação de um novo bloco histórico. De acordo com Antônio (GRAMSCI, 2011), o bloco histórico é a síntese de duas dimensões: a estrutura econômica, formada pelas relações sociais de produção, e a superestrutura social, formada pelo Estado Ampliado, ou seja, pela sociedade civil, instância por meio do qual as classes sociais difundem suas organizações, e a sociedade política, formada pelas agências do Estado em sua forma estrita.

Compreende-se que a sociedade civil é a supremacia neoliberal, porém não deixa de reconhecer o Estado como participante ativo na produção capitalista, sendo que se faz necessário suas funções, sem desconsiderar sua posição no bloco histórico, como aparelho de coerção e apoiadores dos aparelhos privados de hegemonia que surgem na sociedade civil.

A sociedade civil contemporânea comporta em seu seio, aparelhos privados de hegemonia de recortes políticos-ideológicos progressistas e conservadores. Virou moda, no social-liberalismo, empresários bilionários, socialites, celebridades, esportistas milionários e toda sorte de membros das classes proprietárias doarem recursos para instituições do “Terceiro Setor”, sendo que muito assumem o papel

² Período interessante da História, que foi chamado pelo historiador inglês Eric Hobsbawm de “A Era de Ouro do Capitalismo”. Este período começa logo após o final da Segunda Guerra Mundial e estende-se até os anos iniciais da década de 1970 onde os padrões de acumulação de capital atingiu números astronômicos nunca antes visto no sistema capitalista desde então.

de empreendedores sociais criando suas próprias fundações filantrópicas. (CASTELO, 201:246)

Nesse sentido torna-se necessário entender o significado do conceito de hegemonia, formulado por Antônio Gramsci, segundo ele seria a eficiência de um grupo social se unificar em torno de seu projeto político um bloco mais amplo não homogêneo, marcado por contradições de classe. O grupo que é o líder deste bloco é hegemônico porque consegue ir além de seus interesses econômicos imediatos, para manter articuladas forças heterogêneas, numa ação predominantemente política. Tal definição articula-se perfeitamente com o conceito de Estado ampliado, pois, nas emergências do capitalismo contemporâneo, uma classe mantém domínio se for capaz de exercer uma liderança moral e intelectual, fazendo certas concessões a seus aliados, numa perspectiva para a construção de um consenso.

O objetivo da burguesia em retomar o debate sobre a “questão social” na atual fase do capitalismo consiste na reconstrução do nível de consenso usufruído pela ideologia neoliberal nos anos 1980, quando esta se tornou mundialmente hegemônica. A impressão é que todos, da esquerda à direita dos progressistas aos conservadores, elencam o combate à pobreza como uma das prioridades máximas da humanidade. (CASTELO, 2013:249)

Nesse sentido outro conceito formulado por Gramsci no que tange à construção do consenso é o dos *intelectuais orgânicos*. Os “intelectuais orgânicos”, segundo (GRAMSCI, 2011), são aqueles que dão forma à consciência política (a consciência de classe) de sua classe social, ou seja, pertencem à classe se caracterizam pela produção ideológica da mesma, produzindo um pensamento que pretende atingir o consenso do conjunto da sociedade, ou seja, se tornar hegemônico. De acordo com conceito gramsciano, esse intelectual não possui necessariamente uma formação acadêmica, mas é encarnado por indivíduo que ocupa um determinado “lugar” nas relações sociais/produativas de determinado estrato social, sendo capaz de articular a ligação entre Estado, burguesia e proletariado. Ainda segundo (GRAMSCI,1982):

“Os intelectuais são os “comissários” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) que o grupo dominante obtém, por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparato de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo... .” (GRAMSCI, 1982:43)

O movimento de recomposição burguesa objetiva formar um novo bloco histórico, frente a dissolução do bloco histórico Fordista/keynesiano que caracterizou a dominação burguesa durante várias décadas do século XX. Esta recomposição burguesa vem reestruturando a estrutura econômica, a partir de novos modelos produção e de gestão do trabalho como o Gerencialismo. Sincronicamente este movimento tem proposto para a superestrutura a reorganização das duas dimensões do Estado Ampliado: sociedade civil, por meio da multiplicação de organizações portadoras de projetos de responsabilidade social, e sociedade política, a partir da reorganização da administração pública por meio da criação das “esferas públicas não-estatais” (BRESSER-PEREIRA, 1995) onde os protagonistas seriam as Organizações Sociais de Interesse Público (OSCIPs), as Organizações Não-Governamentais (ONGs) e as Organizações Sociais (OSs).

A reforma do Estado no Brasil, apesar das experiências iniciadas em 1990, teve grande impulso a partir da criação do MARE (Ministério da Reforma do Estado e da Administração Pública), em 1995. A frente do MARE Luiz Carlos Bresser Pereira ³então Ministro da Fazenda nos primeiros quatro anos do governo FHC, formulou as propostas da Reforma Gerencial do Estado de 1995. As propostas apresentadas por Bresser Pereira foi pautada na administração por resultados, ou seja, trouxe a metodologia de funcionamento das empresas privadas para a burocracia estatal, com a justificativa de tornar o Estado mais eficiente no que tange à prestação de serviços de monopólio do Estado, como por exemplo, saúde, educação e segurança, com escopo de que o Estado não conseguia ofertar serviços de qualidade. De acordo com o ministro (BRESSER-PEREIRA, 1995), a reforma gerencial reorganizou o Estado com o objetivo de racionalizar os recursos humanos e financeiros disponíveis à administração pública. Neste contexto, a expansão da escolarização e, conseqüentemente, da Educação Básica no Brasil realizada no mesmo período esteve permanentemente mediada por esta reforma do Estado brasileiro.

A formação e desenvolvimento do IAS ocorreu neste contexto histórico, foi fundado na cidade de São Paulo, em 1994, tendo como presidente, até os dias atuais, Viviane Senna. Em seus pronunciamentos, em diferentes agências políticas e privadas, Viviane Senna apresenta o IAS comparado a um laboratório que desenvolve vacinas para “curar” milhares de pessoas, sendo que seus programas e projetos são voltados para atender as demandas do capital e formação de mão de obra para o trabalhado simples, não pensando em uma formação

³ Bresser- Pereira foi ministro do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) durante os anos de 1995 e 1998 – período de existência deste ministério.

para além da educação Básica, sendo assim a “cura” para as mazelas da Educação brasileira, está a mais de 20 anos sendo gestada pelo IAS, porém financiadas por recursos públicos,

O Instituto tem como diagnóstico que a educação pública vai mal e assim, a sua missão é contribuir para superar os problemas do sistema público, partindo do pressuposto que tem a fórmula para a qualidade e que, se adotada à risca pelos sistemas, a educação superará os seus problemas. Verificamos que, como se fosse um poder público, o Instituto faz um diagnóstico e encaminha soluções para a educação pública. (PERONE e ADRIÃO, 2011:73)

III - O Instituto Ayrton Senna: o Aparelho Privado de Hegemonia do Capital

O IAS é uma das organizações privadas que se favorecem deste contexto se posicionando como a solução dos problemas da educação básica. O IAS é umas dessas novas Organizações, fora fundado, na cidade de São Paulo, em 1994 pela família do tricampeão de corrida de fórmula 1, Ayrton Senna da Silva (1960-1994), tendo como presidente Viviane Senna, até os dias atuais.

Os aparelhos privados de Hegemonia para consolidar seu papel de conciliação de classe, passam a atuar diretamente nas “questões sociais”, seus difusores são intelectuais do sócio-liberalismo, oriundos da sociedade civil, tais aparelhos promovem ações sociais para manter uma conciliação entre as classes, porém não se projeta ações que impeçam o Capitalismo em avançar na produção de desigualdades sociais e econômicas. Podemos considerar o IAS um aparelho privado de hegemonia que são:

(...) agências multilaterais de desenvolvimento, organizações não governamentais, fundações filantrópicas laicas e religiosas, mídias impressas e televisivas, intelectuais tradicionais e orgânicos da direita, bem como egressos da esquerda, e business men. São inúmeros os agentes do social-liberalismo; desde os ideólogos ativos – os formuladores das propostas neoliberais – até os passivos, que propagam esta ideologia às vezes sem muita clareza do que realmente está em jogo, reproduzindo no nível do senso comum (e próximo a ele) as teses formuladas no plano da filosofia. (CASTELO, 2011:256)

Podemos constatar que os Aparelhos Privados de Hegemonia se encontram no interior da Sociedade civil e que atuam na sociedade política, através de seus intelectuais orgânicos. Podemos considerar o IAS como sendo um Aparelho Privado de Hegemonia, onde seus intelectuais orgânicos participam da formulação da políticas públicas do país e juntamente a outros intelectuais orgânicos de outras agências da sociedade civil e política. Apresentaremos como intelectuais orgânicos que atuam diretamente no IAS: Viviane Senna e Mozart Ramos

Neves e Claudia Costin como difusora dos programas do IAS. Apresentaremos, abaixo, um organograma para compreender em que esfera se encontra o IAS,



Viviane Senna é fundadora e presidente do IAS, até os dias atuais, reconhecida como empresária, apresenta um vasto currículo em participações de Conselhos públicos e privados, ressaltando ser uma das sócias fundadoras do movimento Todos pela Educação, em 2006. A presidente do IAS transita pela sociedade civil e política por mais de 20 anos, formulando políticas públicas e articulando ações que interferem diretamente na educação brasileira. Desde 2003 é membro do Conselho do Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) do país, este conselho exerce influência direta nas decisões do poder executivo, o CDES é formado, em sua maior representatividade, por empresários do setor financeiro-bancário, sendo necessário ressaltar que Viviane Senna também é membro do Conselho de Administração do Banco Santander e de outras grandes empresas. Perone e Adrião (2011) apresentam os interesses de Viviane Senna pela educação brasileira:

Viviane Senna, seja por sua posição econômico/social, somada ao fato de ser irmã de um ídolo nacional (Ayrton Senna), possui relações com pessoas e empresas que, pela função ou grupo econômico do qual faz parte, podem influenciar diretamente a gestão de corporações empresariais e também do governo. Ela participa de organizações da sociedade civil que se propõem a

influenciar o desenho de políticas públicas através da divulgação de novas ideias e da criação de bases de acordo intelectual e técnico, para reformar os sistemas sociais, imprimindo-lhes novas práticas. Ela mesma de clara que pretende agir e Influenciar o país atuando no “atacado”, através da metodologia desenvolvida e adotada pelo IAS. (PERONE e ADRIÃO, 2011:135)

Mozart Ramos Neves é o atual diretor de Articulação e Inovação do IAS, participa do Conselho de educação da cidade de São Paulo, no atual governo do Prefeito João Dória Júnior, recusou recentemente o convite para ser secretário de educação do mesmo governo. Sua atuação nas formulações das políticas públicas estão além do IAS, diferente de Viviane Senna, Mozart Neve sempre atuou na educação, foi professor e Reitor da Universidade Federal de Pernambuco, Secretário de educação de Pernambuco. Atualmente faz parte do Conselho de Governança do Movimento Todos Pela Educação. No IAS esta a frente da elaboração de programas e projetos que estão inseridos em várias escolas públicas do país.

Ao inserir seus projetos e programas na escola, em forma de uma suposta “parceria” o IAS “segue o movimento de racionalização financeira de Gestão Pública típico da década de 1990 onde surge um grande número de organizações não governamentais de tons filantrópicos” ((PERONE e ADRIÃO, 2011:140) possibilitando uma parceria com os setores públicos da educação, motivando uma atuação direta do setor privado, em torno dos de interesses de reconciliação de classes.

Podemos consolidar tal “parceria” do IAS com o setor público, durante os anos de 2009 e 2014, com a Secretaria de Educação da cidade do Rio de Janeiro, quando Claudia Costin era secretária. Durante tal período fora inseridos na Rede de Ensino inúmeros projetos elaborados pelo IAS, devemos considerar que Claudia Costin participa em comum com Viviane Senna e Mozart Neves em alguns conselhos e no Movimento Todos pela Educação, onde é sócia fundadora. Atualmente Claudia Costin compõem o Conselho de Educação da cidade de São Paulo. As “parcerias” do IAS na educação materializam tanto a proposta do público não estatal, quanto à do quase-mercado, pois os recursos financeiros são públicos, atendendo as emergências dos interesses privados, assumindo as demandas do capital em relação a educação brasileira.

Em alguns casos, o setor público compra os sistemas de ensino com recursos próprios, em outros recebe recursos de outras esferas governamentais para viabilizar a tal aquisição. De qualquer maneira, submete e envolve toda a rede de ensino ou escolas em particular a uma proposta elaborada por segmentos não vinculados à educação local os quais, em nome de uma maior competência técnica substituem o compromisso político da gestão pública com a elaboração e o acompanhamento das políticas educacionais. (PIERONE e ADRIÃO, 2009:111)

Desde sua fundação o IAS reúne um amplo conjunto de associados que passaram a ter, a partir desta organização, um importante aparelho privado de hegemonia (autodenominado como “Think Thanks”). Em sua página oficial o IAS é apresentado como uma organização que em seus vinte e três anos de existência tornou-se responsável por difundir novos modelos pedagógico. Os modelos educacionais organizados pelo IAS é adequar a formação para o trabalho simples às novas demandas surgidas com a partir da recomposição burguesa, ao mesmo tempo em que difundem uma autoimagem dos empresários brasileiros reunidos no IAS atrelada à preocupação com a educação nacional.

IV – Conclusão

O presente artigo concluiu que no IAS destacam-se dois membros que produziram no decorrer dos anos uma enorme capilaridade da organização: Viviane Senna, fundadora e presidente do IAS, e Mozart Neves, conselheiro do Conselho Nacional de Educação. Ambos “intelectuais orgânicos” que sistematizam e difundem a concepção de mundo da classe dominante. Apresentamos o papel destes intelectuais na estratégia de formar a unidade ético-política de sua classe social e inserir no interior das agências estatais seus interesses.

No Brasil a participação empresarial tem sido amplamente investigada por diversos grupos de pesquisa. O artigo aqui apresentado se insere neste trabalho coletivo de investigação comprometido com a análise crítica dos processos históricos e interesse especial nas estratégias da classe dominante em suas articulações políticas, destacadamente àquelas que permeiam o campo educacional e, particularmente, às políticas públicas dirigidas à formação dos trabalhadores.

Referências

- ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: EMIR, Sader; GENTILI, Pablo Gentil (Org.). Pós-neoliberalismo: As políticas Sociais e o Estado Democrático. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp. 9-23.
- ANTUNES, Ricardo. “Introdução: a substância da crise”. In MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. São Paulo: Boitempo, 2009, pp.9-16
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Assuntos Estratégicos. *Plano Nacional da Educação (2014-2024)*. Brasília: MEC, 2014.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A Reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle – Caderno 01. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997.

_____, L. C. Os primeiros passos da reforma gerencial do Estado de 1995. Revista Brasileira do Direito Público – RDB, Belo Horizonte, ano 6, n.23,p.145-186.

CASTELO, Rodrigo. O social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal. São Paulo: Expressão Popular, 2013, pp.151-277

COUTINHO, Carlos Néelson– Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.

GIL, A.C.. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1996.

GRAMSCI, Antonio. O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935. Organização e Introdução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, pp.267-349

_____ (2002). Cadernos do Cárcere, v.3.Maquiavel: sobre o Estado e a política.2ª ed.Rio de Janeiro:Civilização Brasileira.

LAMOSA, R. *Educação e Agronegócio: A nova ofensiva do capital nas escolas públicas*. 1. Ed. Curitiba: Appris, 2016.

Martins, André S.; Neves, Lúcia M.V. Educação básica: tragédia anunciada? 2015. Xamã, São Paulo: 208p.

MÉSZÁROS, István .Para além do capital. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. Campinas, São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS, István. Desemprego e precarização: Um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, Ricardo (org). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006, pp. 27-44.

MÉSZÁROS, István. A teoria da alienação em Marx. São Paulo: Boitempo, 2006.

MÉSZÁROS, István. Produção destrutiva e o estado capitalista. São Paulo: Ensaio, 2ª ed. 1996

OLIVEIRA, Francisco. Neoliberalismo à brasileira. In: EMIR, Sader; GENTILI, Pablo Gentil (Org.). Pós-neoliberalismo: As políticas Sociais e o Estado Democrático. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp. 24-28.

PERONI, Vera; ADRIÃO, Theresa. Análise das consequências de parcerias firmadas entre municípios brasileiros e a Fundação Ayrton Senna para a oferta educacional. Pesquisa científica : Edital- Jovem Pesquisador; 2011.

<http://www.institutoayrtonsenna.org.br> (visitado no período de fevereiro a julho de 2017)

